

O fim do êxodo rural?

Mauro E. Del Grossi
José Graziano da Silva
Clayton Campanhola

Resumo

Os dados das PNADs mostram que na década de 90 houve uma diminuição do êxodo rural no país, com um aumento da população rural, que foi resultado do aumento de empregos não-agrícolas, de desempregados e de inativos, principalmente de aposentados. Essa tendência se repete nas diferentes regiões geográficas, excetuando-se a região Sul, que ainda manteve taxas negativas de crescimento da população rural nos anos 90. Neste texto são apresentadas também as principais mudanças que aconteceram no perfil ocupacional da população rural, bem como discute-se as novas dinâmicas de geração de ocupações rurais não-agrícolas.

1. A evolução da população rural e urbana

Os dados da tabela 1 mostram a evolução da população brasileira no período 1981/99 segundo as aberturas clássicas (urbano/rural) processadas pelo IBGE.

Nos anos 1981/92 o crescimento da população total foi de 1,8% a.a., com um acentuado êxodo rural, fazendo com que a população rural decrescesse à taxa de 0,7% a.a.. Note-se que nesse período a taxa de crescimento do emprego rural agrícola, ainda que pequena, é positiva: + 0,4% a.a..

Os anos 1992/99 mostram um cenário completamente distinto e até certo ponto, inesperado: a população rural deixa de cair, embora o emprego rural agrícola passe a diminuir rapidamente. O que explica o aparente paradoxo é o crescimento do emprego rural não-agrícola, dos desempregados e dos inativos (especialmente os aposentados) residentes nas áreas rurais. Em outras palavras, o êxodo continua, mas agora parece ser mais um êxodo agrícola do que um êxodo rural. Note-se também que as pessoas ocupadas em atividades agrícolas com residência urbana - os 'bóias-frias' - também mostram uma queda de -1,6% a.a. nos anos 1992/99.

O interessante é observarmos a mudança a partir de 1996: a população rural que vinha caindo até então passa a crescer de 31,6 milhões em 1996 para 32,6 milhões em 1999 - praticamente um milhão a mais de pessoas residindo nas áreas rurais do país em 3 anos.

Como se pode verificar pela comparação das taxas de crescimento demográfico no período 1996/99, ainda há um pequeno êxodo de população rural, mas muito menor que o verificado na primeira metade da década de 90.

Vale dizer que em 1996 o IBGE realizou uma contagem populacional que definiu os novos pesos de expansão da amostra das PNADs de 1997 em diante, bem como corrigiu os pesos utilizados nos anos anteriores (1992, 1993 e 1995). Ou seja, 1996 aparece como um ponto de inflexão na queda da população rural, mas isso pode ter acontecido antes e só ter sido "percebido" pelo IBGE quando da realização da contagem populacional.

Tabela 1. Evolução da população do Brasil^a, 1981-99

	População (milhão de pessoas)								Taxa crescimento (% ao ano)			
			1981	1992	1996	1999	1981/92		1992/99		1996/99	
URBANO			85,2	113,4	122,4	127,8	2,6	***	1,7	***	1,4	***
	31,7	46,5	50,4	52,8	3,6	***	1,8	***	1,5	***		
Ocupados ^b												
	2,6	3,7	3,4	3,4	3,3	***	-1,6	***	-0,2			
Agrícola												
	29,1	42,9	47,0	49,3	3,6	***	2,0	***	1,6	***		
Não-agrícola												
	34,5	32,0	31,7	32,6	-0,7	***	0,2	***	1,1	***		
RURAL												
	13,8	14,7	13,9	14,9	0,6	***	-0,2	***	2,1	**		
Ocupados												
	10,7	11,2	9,9	10,2	0,4	***	-1,7	***	0,4			
Agrícola												
	3,1	3,5	4,0	4,6	1,2	***	3,7	***	6,1	**		
Não-agrícola												
Total			119,7	145,4	154,0	160,3	1,8	***	1,4	***	1,3	***

Fonte: Tabulações especiais das PNADs de 1981 e de 1992 a 1999, Projeto Urbano, novembro 2000.

NOTAS: a) não inclui as áreas rurais da região Norte, exceto Estado de Tocantins

b) PEA restrita, que exclui os não-remunerados que trabalham menos de 15 horas na semana e os que se dedicam exclusivamente ao autoconsumo.

Em resumo, pode-se dizer que a segunda metade dos anos 90 mostra um cenário completamente diferente da década anterior: o êxodo rural perdeu força e a população rural brasileira voltou a crescer, o que não ocorria desde 1970

Isso se deve basicamente aos seguintes fatores:

- a) um crescimento vertiginoso das ocupações rurais não-agrícolas que passam a crescer a uma taxa anual de 6,1%, no período 1996/99. Note-se que das 1,5 milhão de ocupações rurais não-agrícolas criadas entre 1981/99, um milhão se deu entre 1992/99 e mais de 600 mil nos últimos 3 anos (1996/99);
- b) um crescimento cada vez mais rápido dos desempregados rurais que crescem à incrível taxa de 15,2% a.a. no período; 1996/99 (ver tabela 5);
- c) uma manutenção do crescimento dos aposentados rurais;
- d) uma pequena recuperação da ocupação agrícola, que detalharemos a seguir:

A taxa de crescimento positiva (embora não significativa) da ocupação rural agrícola em 1996/99 se deve ao excepcional desempenho apresentado no último ano de 1999, quando a PEA rural agrícola atingiu 10,2 milhões pessoas contra 9,6 milhões registradas em 1998. Dessas quase 600 mil pessoas a mais ocupadas em atividades agrícolas na zona rural, 460 mil eram da região Nordeste. Boa parte dessas pessoas estava ocupada no ano anterior nas frentes de trabalho da região e haviam sido contadas como empregados da construção civil e prestação de serviços, o que ajuda a entender também a queda das ocupações não-agrícolas entre 1998 e 1999.

A tabela 2, construída a partir dos dados publicados das PNADs, ajuda a entender o que foi essa recuperação da ocupação agrícola entre 1998 e 1999.

Tabela 2. População economicamente ativa ocupada em atividades agrícolas (PEA ampliada urbana + rural). Brasil, 1998-99 (1000 pessoas)

PEA agrícola ampliada	Brasil	(%)
- Total	1038	100,0
(autoconsumo)	(230)	(22,2)
(não-remunerados)	(426)	(41,0)
(conta-própria)	(140)	(13,5)
(empregados)	(234)	(22,5)
- Até 14 horas	266	25,6
(autoconsumo)	(224)	(21,6)

(não-remunerados)	(70)	(6,7)
(conta-própria)	(-38)	-
(empregados)	(6)	-
- 15 horas ou mais	772	74,4
(autoconsumo)	(6)	-
(não-remunerados)	(356)	(34,3)
(conta-própria)	(177)	(17,1)
(empregados)	(229)	(22,1)

Fonte: PNAD, 1998 e 1999 (dados publicados, PEA ampliada)

Note-se que do pouco mais de um milhão de pessoas que foram levantadas como ocupadas em atividades agrícolas em 1999, 22% se dedicavam exclusivamente ao autoconsumo e outras 55% estavam ocupadas na agricultura familiar como trabalhadores por conta-própria ou eram não remunerados. Além disso, 25% desse um milhão declarou trabalhar menos de 14 horas na semana. Os empregados agrícolas com 15 horas ou mais de trabalho na semana aumentaram em apenas 229 mil, o que representou pouco mais de 22% do crescimento da ocupação agrícola total registrada pelos dados da PNAD em 1999.

A tabela 3 mostra a evolução da população brasileira segundo as diferentes aberturas das áreas censitárias disponíveis nas PNADs. Essas aberturas procuram dar conta do *continuum* existente entre as áreas urbanas urbanizadas, que possuem toda a infra-estrutura e os serviços públicos básicos (luz, água e coleta de lixo) até aquelas áreas rurais destinadas exclusivamente à exploração agropecuária (rural exclusivo).

Tabela 3. Evolução da população total segundo diferentes áreas censitárias.
Brasil, 1992-99

Situação do domicílio		População (milhões pessoas)			Distribuição (%)	Taxa de crescimento (% a.a.)	
		1992	1996	1999		1992/99	1996/99
Urbano	urbanizado	111,9	120,6	125,8	78,4	1,7 ***	1,4 ***
Periferia		1,9	2,2	2,5	1,5	3,7 ***	4,1 **
Urbano não urbanizado		0,8	0,9	1,1	0,7	8,2 ***	7,3 *

Ru ral ext ens ão urb ano	1,2	1,3	1,3	0,8	1,9 ***	1,7 ***		
Po voa dos	4,2	4,4	4,6	2,9	1,8 ***	1,8 **		
Ur ban o is ola do	0,8	0,9	0,9	0,6	4,1 ***	2,8		
Ru ral po voa dos	3,4	3,5	3,7	2,3	1,3 ***	1,6		
Ru ral out ros	0	0	0	0,0	16,1 ***	-0,8		
Ru ral pri vad o	27,4	26,8	27,5	17,2	0,0	1,0 ***		
Ru ral núc leo	0,1	0,1	0	0,0	-8,3 **	-9,8		
Ru ral exc lusi vo	27,3	26,7	27,5	17,1	0,0	1,0 ***		
Ur ban o	113,4	122,4	127,8	79,7	1,7 ***	1,4 ***		
Ru ral	32,0	31,6	32,6	20,3	0,2	1,1 ***		
Total			145,4	154,0	160,3	100,0	1,4 ***	1,3 ***

Notas e fontes - As mesmas da tabela 1

O Projeto Rurbano, na fase III, agrupou em quatro as oito diferentes aberturas disponíveis nas PNADs, para apreender melhor as situações intermediárias desse

continuum rural-urbano. Essas duas categorias intermediárias são: a periferia, formada por aquelas áreas formalmente definidas como urbanas, mas que não dispõem da infra-estrutura e dos serviços que deveriam caracterizá-la; e os povoados, que se constituem em aglomerações rurais e urbanas isoladas, não possuindo assim nenhuma contigüidade com centros urbanos.

Os dados apresentados na tabela 3 mostram que 78,4% da população brasileira vivia em áreas urbanas urbanizadas em 1999 contra apenas 17,2% que habitava o rural privado, assim designado para ressaltar o caráter das explorações agropecuárias que aí predominam. Esses valores diferem pouco da caracterização clássica oficial que aponta para quase 80% da população residindo em áreas urbanas em 1999 contra pouco mais de 20% em áreas rurais. Ou seja, se considerarmos apenas as áreas urbanas urbanizadas, encontraremos aí 78,5% da população brasileira registrada pela PNAD em 1999, contra apenas 17,2% no rural privado; o restante (4,3%) residem em áreas intermediárias (periferias e povoados) desse “continuum rural-urbano”.

Se atentarmos para as taxas de crescimento apresentadas na tabela 3, vamos notar que há mudanças importantes na segunda metade da década. O crescimento da periferia - em especial daquelas áreas urbanas não-urbanizadas - que já era o maior no período 1992/99, acelerou-se ainda mais após 1996. Vale a pena chamar a atenção para a pequena proporção da população brasileira residindo nessas áreas periféricas - menos de 2% segundo os dados das PNADs. Em alguns estados - como é caso do Paraná, analisado por Souza (2000) - não há nem mesmo registro de domicílios nessas categorias de urbano não-urbanizado e rural extensão do urbano. Infelizmente até o momento não dispomos de nenhuma explicação razoável para isso, dado que a nossa percepção da realidade era de que, ao contrário, a fração da população residente nessas áreas periféricas deveria ser bastante elevada.

Surpreende também encontrar uma taxa de crescimento populacional acima da média para os povoados, em função das constantes notícias veiculadas pela mídia de esvaziamento do nosso sertão interiorano.

Mas surpreende ainda mais a retomada do crescimento da população rural residente naquelas áreas consideradas exclusivamente rurais onde predominam as explorações agropecuárias: depois de 1996, a taxa de crescimento foi de 1% a.a., o que ainda é menor que a da população total, mas altamente significativa. Isso representou cerca de 700 mil residentes dentro de um milhão de pessoas a mais registradas nas áreas rurais entre 1996 e 1999. Um detalhe importante: a forte queda

da população que habita os núcleos rurais, que são, no nosso entender, as antigas "colônias" das fazendas, levando praticamente ao seu desaparecimento. Embora consistente com as notícias de destruições das habitações rurais em algumas áreas do país, como nas regiões canavieiras da Zona da Mata Nordestina e no interior dos estados de São Paulo e Paraná (Graziano da Silva, 1999), cremos que é preciso um aprofundamento das análises dessas diferentes categorias de áreas censitárias "intermediárias" entre o urbano urbanizado e o rural exclusivo para verificar se de fato elas estão captando os fenômenos dessa nova ruralidade que estamos procurando mostrar.

1. As diferenças regionais

Nesta seção iremos analisar a evolução da população rural e urbana segundo as diferentes regiões que adotamos no Projeto Rurbano: Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste-SP, São Paulo e Sul.

A tabela 4 apresenta a população total, rural e urbana por região e suas respectivas taxas de crescimento. Chama a atenção de imediato o fato de que somente a região Sul ainda mantém taxas negativas de crescimento da população rural nos anos 90, muito embora ela apareça zerada após 1996, uma vez que a pequena taxa positiva não se mostrou estatisticamente diferente de zero.

Tabela 4. População e taxas de crescimento segundo as regiões. Brasil^a, 1992/99

Regiões	População (milhões de pessoas)		Taxas de crescimento (% a.a.)			
	1992	1999	1992/99		1996/99	
NORDESTE	43,0	46,4	1,1	***	1,1	***
urbana	26,3	29,5	1,7	***	1,0	***
rural	16,7	16,9	0,2		1,1	***
CENTRO-OESTE	10,7	12,4	2,2	***	2,1	***
urbana	8,4	10,0	2,4	***	2,3	***
rural	2,2	2,5	1,4	***	1,3	
SUDESTE - SP	31,5	34,1	1,1	***	1,1	***
urbana	26,3	28,7	1,3	***	1,2	***
rural	5,3	5,4	0,4	***	0,6	*
SÃO PAULO	32,2	35,9	1,6	***	1,5	***
urbana	30,0	33,4	1,6	***	1,4	***
rural	2,2	2,5	1,3	***	3,0	**

SUL	22,4	24,5	1,3	***	1,2	***
urbana	16,8	19,2	1,9	***	1,5	***
rural	5,6	5,3	-0,8	***	0,2	

BRASIL ^a	145,4	160,3	1,4	***	1,3	***
urbana	113,4	127,8	1,7	***	1,4	***
rural	32,0	32,6	0,2		1,1	***

Fonte e notas: as mesmas da tabela 1.

Em todas as outras regiões, as taxas de crescimento da população rural nos anos 90 foram positivas; e quando tomamos o período mais recente (1996/99) elas são maiores que a média do período 1992/99, indicando que está havendo uma aceleração do crescimento da população rural em todas as regiões do país no final dos anos 90.

Note-se que apenas no Sudeste (sem São Paulo), no Centro-Oeste e no Sul as taxas de crescimento da população rural na segunda metade da década são muito inferiores à taxa de crescimento da população total, indicando que o êxodo rural continua forte nessas regiões. No Nordeste e no estado de São Paulo, as taxas de crescimento da população rural no período 1996/99 estão muito próximas do crescimento demográfico das regiões, indicando um êxodo rural muito pequeno. Em São Paulo observamos algo inédito: as taxas de crescimento da população rural em 1996/99 são o dobro da taxa de expansão demográfica do estado, indicando que pode estar havendo uma verdadeira "volta aos campos" nesses últimos anos do século XX.

A tabela 5 ajuda a entender esse fenômeno do crescimento da população rural nas várias regiões do país.

Note-se que não há crescimento do emprego agrícola: as únicas taxas positivas ocorreram no Centro-Oeste e no Nordeste no período 1996/99, mas esta última não se mostrou significativa. Nas demais regiões as taxas são negativas e significativas, pelo menos para o período maior (1992/99). Ou seja, o emprego agrícola caiu nos anos 90 na maior parte do país.

Em compensação, as taxas de crescimento da população rural ocupada em atividades não-agrícolas foram elevadas e, com exceção da região Sul onde se manteve praticamente constante, mostram uma aceleração quando consideramos apenas a segunda metade da década (1996/99).

Mas o dado que mais surpreende na tabela 5 é o forte crescimento das pessoas residentes no meio rural que estavam procurando emprego na semana de referência da pesquisa. E também aqui nota-se claramente uma aceleração da taxa de crescimento no período 1996/99.

A tabela 6 mostra o crescimento da população inativa residente em áreas rurais, em particular dos aposentados, que completa a nossa explicação para o crescimento da população rural.

Observe-se que há um forte crescimento da população inativa residente na zona rural em praticamente todas as regiões, em especial do contingente de aposentados.

Em resumo, podemos dizer que a população rural vem crescendo nas diferentes regiões do país pela soma desses três grupos de pessoas: os ocupados em atividades rurais não-agrícolas, os desempregados e os inativos, neste caso os aposentados rurais em particular.

Tabela 5. PEA rural total, agrícola, não-agrícola e procurando emprego e respectivas taxas de crescimento. Brasil e regiões, 1992/99

Regiões	População (milhões de pessoas)		Taxas de crescimento (% a.a.)			
	1992	1999	1992/99		1996/99	
NORDESTE	7,33	7,75	0,3		3,9	***
agrícola	5,56	5,5	-0,5	***	2,4	
não-agrícola	1,60	2,04	2,5	*	7,7	*
desempregado	0,17	0,21	4,4	***	6,5	***
CENTRO-OESTE	1,02	1,12	1,3	***	3,1	*
agrícola	0,77	0,71	-1,7	***	1,7	***
não-agrícola	0,24	0,36	7,5	***	5,4	
desempregado	0,02	0,05	18,0	***	9,2	*
SUDESTE - SP	2,36	2,48	0,2		1,6	
agrícola	1,68	1,59	-1,7	***	-0,7	
não-agrícola	0,63	0,78	3,4	***	4,0	***
desempregado	0,05	0,11	13,6	***	25,5	***
SÃO PAULO	1,05	1,19	1,0	***	3,5	***
agrícola	0,61	0,47	-5,0	***	-3,4	***
não-agrícola	0,39	0,59	5,7	***	6,7	***
desempregado	0,04	0,13	18,2	***	25,3	***
SUL	3,24	2,91	-1,6	***	-0,9	***
agrícola	2,57	1,97	-3,9	***	-3,3	***
não-agrícola	0,64	0,85	4,3	***	4,1	***
desempregado	0,03	0,09	18,0	***	20,8	***
BRASIL ^a	15,00	15,45	0,0		2,5	***
agrícola	11,09	10,23	-1,7	***	0,4	
não-agrícola	3,50	4,62	3,7	***	6,1	**
desempregado	0,31	0,60	10,8	***	15,2	***

Fonte e notas: as mesmas da tabela 1.

1. As mudanças no perfil ocupacional da PEA rural nos anos 90

Entre as ocupações rurais agrícolas, predominam as de trabalhador rural, agricultor conta-própria, operador agrícola, empregado agrícola e dirigente na agricultura. A sua evolução no tempo mostra que todas elas ou mantiveram-se estáveis ou diminuíram significativamente no período 1992/99. O destaque fica por conta da ocupação de trabalhador rural, que diminuiu em quase 1 milhão de pessoas, na qual se agrupam os vários tipos adotados nas PNADs, mas que em sua grande maioria é composta por pessoas com baixa escolaridade e pouco qualificada.

Tabela 6. População rural inativa, aposentados e respectivas taxas de crescimento. Brasil, 1992/99

Regiões	População (milhões de pessoas)		Taxas de crescimento (% a.a.)			
	1992	1999	1992/99		1996/99	
NORDESTE	4,68	5,15	2,1	***	-0,7	
aposentados	0,84	1,15	5,0	***	1,4	*
CENTRO-OESTE	0,64	0,77	2,8	***	0,2	
aposentados	0,06	0,1	9,3	***	5,7	**
SUDESTE - SP	1,61	1,85	2,3	***	1,0	
aposentados	0,27	0,44	6,6	***	6,7	***
SÃO PAULO	0,66	0,85	3,0	***	4,1	*
aposentados	0,10	0,15	6,1	***	5,9	*
SUL	1,19	1,34	2,1	***	2,5	*
aposentados	0,25	0,39	5,6	***	4,7	*
BRASIL ^a	8,78	9,96	2,2	***	0,5	
aposentados	1,52	2,2	5,7	***	3,4	**

Fonte e notas: as mesmas da tabela 1.

A tabela 7 apresenta a evolução das principais ocupações agrícolas no período 1992/99.

Entre as poucas ocupações agropecuárias que cresceram no período destaca-se a de pescadores, assim como a de criadores de animais, ambos apresentando taxas de crescimento elevadas nos anos 90. Esses são dois ramos de atividade – pesca e criação de pequenos animais – onde as atividades por conta-própria têm uma grande importância, o que sinaliza para a necessidade de intervenções por parte do setor público no sentido não apenas de dar melhor qualificação à mão-de-obra, mas

também de incentivar o “empreendedorismo” da população local.

As tabelas 8 e 9 apresentam a evolução das principais ocupações não-agrícolas, segundo os diferentes ramos de atividade classificados pelas PNADs para o Brasil, no período 1992/99.

Note-se que, ao contrário do que ocorreu entre as ocupações agrícolas, aqui a maioria das taxas apresentadas são positivas e altamente significativas, refletindo o crescimento das ocupações rurais não-agrícolas nos anos 90.

Tabela 7. Relação das ocupações rurais agrícolas que mais crescem e decrescem. PEA restrita. Brasil, 1992-99

Ocupações	1999-1992 (1.000)
Ocupações que mais crescem	
trab. rural - pesca	30,5
ajudante diversos	23,4
criador animais	11,0
diversos	10,2
Ocupações que mais decrescem	
trabalhador rural	-731,5
trab. rural - coleta	-81,7
empregador agrícola	-46,0
empregado agrícola	-34,3
trab. rural - lenha	-24,7
dirigente agricultura	-17,8

Fonte: Projeto RURBANO, tabulações especiais, dezembro/2000.

Tabela 8. Evolução das principais ocupações rurais não-agrícolas, segundo o ramo de atividade. PEA restrita. Brasil, 1992-1999 (1.000 pessoas)

Ocupação Principal	1992	1995	1997	1999	1992/99 % a.a.	1996/99 % a.a.
serviços domésticos	408	490	537	557	4,6 ***	1,9 *
aju 113	111	120	311	10,1	58,2 *	
dante						
divers						
os						
ped 182	204	246	264	7,4 ***	7,4 **	
reiro						
ser 178	185	207	205	1,7 ***	2,2	
viços						
conta						
própri						
a						
bal 128	145	174	196	7,2 ***	3,8 *	
conist						
a aten						
dente						

mot 128	128	158	174	6,1 ***	3,7 **
orista					
pro 169	176	162	172	-1,1	2,2 *
fes.					
prim.					
grau					
inicial					
ser 137	120	137	148	1,9	5,7
vente					
faxine					
iro					
aju 83	121	129	132	5,3 ***	-1,8
dante					
pedrei					
ro					
coz 67	75	93	110	5,6 ***	9,2 *
inheir					
o (não					
domés					
t.)					
TOTAL		3.497	3.883	4.087	4.620
				3,7 ***	6,1 **

Fonte: Projeto RURBANO, tabulação especial, dezembro 2000.

Entre as ocupações rurais não-agrícolas que mais cresceram destacam-se os empregados em serviços domésticos e ajudantes diversos, que somados perfazem um terço das 1,1 milhão de pessoas a mais ocupadas residindo em áreas rurais do país, no período 1992/99. Note-se que a maioria das novas ocupações demanda pessoas de baixo nível de qualificação, muito provavelmente egressos das ocupações agrícolas de trabalho rural, como ambulantes, diaristas, guardas, vigias, atendentes de serviços gerais, etc. As exceções são as ocupações de pedreiro, motorista, cozinheiro (não doméstico), professores primários, técnicos industriais e auxiliares de serviços médicos, que todavia, somados, não alcançam o total de 250 mil pessoas ocupadas a mais em 1999, o que representa menos de um quinto dos novos postos gerados de ocupações rurais não-agrícolas no país nos anos 90.

Tabela 9. Relação dos ocupações rurais não-agrícolas que mais crescem e decrescem. Brasil, 1992-99.

Ocupações (PEA restrita)	1999-1992 (1.000)
ocupações que mais crescem	
ajudante diversos	197,8
serviços domésticos	149,2
pedreiro	81,6
balconistas atendentes	67,5
ajudante pedreiro	48,2
motorista	46,3
cozinheiro (não domést.)	42,4
ambulante - outros	36,1
profes. primeiro grau	26,7

	técnicos industriais div	24,9
	diarista doméstica	23,7
sta doméstica	23,7	
cu	pações que mais decre	cem
	costureiro alfaiat	el -31,
	forneiro	em ol
	-26,1	6
ss	moendeiro -21,	
	adeira (não domést.)	-19,1

chapeleiro (palha) -18,6

Fonte: Projeto Rurbano – Tabelas especiais, Dezembro 2000. Infelizmente, essa característica de gerar ocupações que exigem baixo nível de qualificação, estando a grande parte delas enquadradas na categoria de prestação de serviços domésticos, não é uma particularidade apenas do meio rural brasileiro. As análises do mercado de trabalho urbano nos anos 90 também mostram que as ocupações que mais cresceram são as de serviços pessoais – especialmente aquelas de âmbito doméstico –, ficando as “ocupações técnicas” para um pequeno “nicho”

de inserção de “novos profissionais” altamente qualificados. As tabelas 10 e 11 detalham um pouco mais essas ocupações apresentadas anteriormente, mostrando também as posições nas ocupações e os rendimentos médios dessas profissões. Os trabalhadores rurais agrícolas que perderam quase um milhão de postos de trabalhos no meio rural brasileiro durante os anos 90, são constituídos em sua maioria por trabalhadores não remunerados, provavelmente ajudando o chefe do domicílio que se declarou conta-própria. Embora existam ainda 2,4 milhões de trabalhadores rurais assalariados, esse contingente reduziu significativamente no Brasil na última década. Tabela 10.

Principais ocupações rurais agrícolas e rendimento médio

trabalho, segundo	posição na				ocupação. Bra			
	1992-99	99. Tx	Ocupação	Princ	Empregados	Conta	-Própria	
	1999 Tx 92/99	1999 Tx	95/99	1999 Tx	92/99	95/99	1999 Tx	95/99
1	99	9	9	9	92/9	9	9	9
pação	Princ	Empreg	ado	C	on	ta	-P	ró
cupa	ção	ri	ncipal	Empreg	ad	as	// C	on
cup	ação	Pr	ncipal	Empre	ga	do	s	o
		Ocupação	o	Pr	in	ci		pa
a//	92	-99.	Ocup	ação	Pmcip	alEmpr	egaos	
.	9	Ocupação	P	rincip	alE	mpreado	s// Cont	a-Póp
9.	9	Ocupação	Princ	al	E	mp	re	
pri	a//	992-99.	9	O	cu	pa	ça	o
a//			.		Oc	up	aç	ão
rópra	//	2-9.				Oc	up	
nta-Própria	//	-99.				cu	pação	Princi pa
// 92-99.		Ocupação	P	ri	nc	ip		al

TOTAL	2.776	-1,8 ***	164,59	0,4	3.442	-0,4	186,31	-5,1 ***
-------	-------	----------	--------	-----	-------	------	--------	----------

Fonte: Projeto RURBANO. Tabulações especiais, Dezembro/00.

Outra categoria importante na agricultura, a dos conta-própria, geralmente constituída pelo chefe do domicílio que responde pela economia familiar, tem uma certa estabilidade em termos de número de pessoas, mas vem tendo sua renda média sistematicamente reduzida. Essa perda de renda de nossa agricultura familiar é uma das principais explicações para essa grande mudança para as atividades não-agrícolas entre os trabalhadores rurais.

Entre as ocupações agrícolas merece destaque a dos operadores agrícolas, uma das poucas profissões com rendas em alta no nosso meio rural.

Já as ocupações não-agrícolas que se disseminam pelo nosso meio rural são em sua grande maioria constituída de empregados assalariados, reforçando mais uma vez a tendência de abandono das atividades agrícolas não remuneradas pelas atividades não-agrícolas remuneradas. E a renda dessas atividades não-agrícolas (R\$ 315,46) é quase o dobro da renda média das atividades agrícolas (R\$ 164,59).

A ocupação líder das atividades não-agrícolas é a de emprego doméstico, a grande maioria delas são trabalhadoras assalariadas e têm renda média das mais baixas da população rural (R\$ 129,33), perdendo até para as domésticas com residência urbana (R\$ 164,77). Mas mesmo assim, parece que as mulheres rurais estão obrigadas a exercer essa ocupação, seja pela falta de trabalho agrícola, seja porque a queda da renda agrícola força os membros não remunerados a buscar trabalho assalariado fora.

Tabela 11. Principais ocupações rurais não-agrícolas e rendimento médio do trabalho, segundo a posição na ocupação. Brasil, 1992-99.

Ocupação Principal	Empregados				Conta-Própria			
	1999	Tx 92/99	1999	Tx 95/99	1999	Tx 92/99	1999	Tx 95/99
	(Mil pessoas)	(% a.a.)	(R\$)	(% a.a.)	(Mil pessoas)	(% a.a.)	(R\$)	(% a.a.)
serviços domésticos	-	-	-	-	-	-	-	-
aj 260	10,6	118,90	-15,7 **	47	9,4 ***	174,46	-5,0	-
uda								
n								
nte								
div								
ers								
os								

pr ofe s. pri m. gra u in icia l	170	-1,2	265,33	12,2 ***	2		82,95	
se rve nte faxi neir o	144	1,9	180,20	7,2 ***	-		-	
aj uda nte ped reir o	128	5,9 ***	186,30	-3,3 ***	-		-	
ba lco nist a a ten den te	119	7,1 **	232,07	-0,3	-		-	
co zin heir o (não do mé st.)	106	5,0 ***	172,54	3,0	-		-	
m oto rist a	110	5,4 ***	419,31	0,1	58	6,9 ***	647,39	-3,8
di ver sos	90	5,9 **	257,33	-0,3	12	-1,9	179,31	-6,0
pe drei ro	83	3,6 **	332,47	-0,4	170	8,5 ***	301,79	-4,3 ***
gu ard a – vigi a	52	3,9 *	236,49	-3,7	-		-	
fo rnei ro em olar ia	47	-4,8 *	193,74	3,1	19	-5,5	142,93	-18,5 ***

ajuda nente ind. calçad os	44	1,6	210,92	-1,6	-	-			
profes. prim rogra u	42	13,6 ***	355,44	3,0	-	-			
ajuda nente admi nistr ativo	42	-3,6 ***	441,32	3,1 **	-	-			
ajuda nente mec. veí cul os	27	3,1	350,48	-3,3	12	4,9	508,36	-9,7	
custeio alfaiate	25	5,4 *	235,94	-0,5	46	-7,0 ***	117,14	-0,3	
ambulante - outros	9	9,5 *	94,20	-14,5 *	77	11,4 ***	179,99	-3,7	
bo rdadeir a	9		57,89		57	1,8	53,79	-6,5	
serviços con ta própria	-		-		205	2,0 ***	321,53	-4,8 *	
Sub -total	1.507	4,0 **	-		703	3,5 ***	-		
TOTAL			2.569	3,9 ***	315,46	-0,1	1.047	2,7 ***	284,78 -0,9
Trabalhador Doméstico Serviços domésticos	557			4,6 ***	129,33	3,0 **	-	-	- -

D61	8,6 ***	121,03	-1,2	-	-	-	-
ari							
sta							
do							
més							
tico	618	5,0 ***	-	-	-	-	-
Sub							
-tot							
al	702	4,9 ***	125,63	2,3	-	-	-
TO							
TA							
L							

Fonte: Projeto RURBANO. Tabulações especiais, Dezembro/00.

Outras profissões comuns entre os rurais não-agrícolas são os pedreiros e serviços conta-própria, que recebem em média R\$ 332,47 e R\$ 321,53, respectivamente, rendas essas bem superiores àquelas dos agricultores por conta-própria.

1. As principais dinâmicas de geração de ORNA nos anos 90 e seu reflexo nas políticas públicas

As informações anteriormente apresentadas demonstram o crescimento das ocupações não-agrícolas na população rural brasileira. Esse fenômeno não é recente, mas assumiu algumas características peculiares principalmente na década de 90.

Há vários fatores que contribuíram para que isso acontecesse. O primeiro é que com a modernização da agricultura, e o conseqüente aumento da produtividade do trabalho no campo, houve uma redução acentuada da mão-de-obra ocupada nas atividades agrícolas. Além disso, o próprio responsável pela atividade agropecuária também passou a ter tempo ocioso, aproveitando-o para se dedicar a outras atividades (agrícolas e/ou não-agrícolas) fora da propriedade, em tempo parcial ou naqueles períodos do ano em que as atividades agrícolas na propriedade são menos intensas. Um segundo, é que a renda agrícola vem caindo nas últimas três décadas (para detalhes, ver Monteiro, 1998), o que tem obrigado alguns membros das famílias rurais a procurarem atividades alternativas como forma de aumentarem a renda familiar. Um terceiro fator é que há oferta crescente de oportunidades de ocupações não-agrícolas à população rural, que geralmente remuneram mais que a agricultura, e portanto exercem uma atratividade às pessoas que buscam melhorar o seu padrão de vida.

Essas novas oportunidades de emprego e geração de renda no meio rural brasileiro têm dinâmicas distintas que diferem quanto à sua origem. Alguns autores, tais como Klein (1992) e Weller (1997), consideram que essas novas fontes de renda derivam diretamente do processo de modernização da agricultura, que acumulou renda suficiente para gerar novas demandas por produtos e serviços no meio rural. Ou seja, esses autores defendem que as ORNAs estão diretamente relacionadas ao crescimento da agricultura e das atividades a ela relacionadas, tais como comércio e serviços. Klein (1992) admite também que nem sempre o crescimento das ORNA precisa estar associado ao desenvolvimento da agricultura: “é perfeitamente possível pensar que se pode desenvolver a indústria rural a partir de estímulos que nascem nos mercados externos e estes geram então mecanismos de encadeamento para trás” (*op. cit.*, p.13).

Esse mesmo raciocínio pode ser estendido da indústria rural para outras atividades rurais não-agrícolas, que permitam inclusive gerar encadeamentos para a frente, como é o caso dos serviços como hotéis-fazenda, turismo rural, etc.

Weller (1997) também admite que, embora nos países da América Central onde realizou seus estudos (Costa Rica, Guatemala, Honduras e Panamá) prevaleça a idéia de que o setor agropecuário influencia nas características das ORNA, há também diferentes fontes potenciais de geração de empregos rurais não ligados à agricultura. Destacam-se nesse particular, o consumo da população urbana por bens não-agrícolas, como o artesanato, o turismo rural, etc.; e os serviços públicos nas zonas rurais.

Graziano da Silva (1999) acrescentou algumas outras dinâmicas de geração de ORNA que têm o seu impulso a partir de demandas também não-agrícolas, que foram chamadas pelo autor de *demandas imobiliárias*. Elas foram divididas em três tipos:

- 1) demanda da população rural não-agrícola de alta renda por áreas de lazer e/ou segunda residência, bem como os serviços a ela relacionados (caseiros, empregadas domésticas, etc.);
- 2) demandas da população de baixa renda por terrenos para autoconstrução; e
- 3) demanda de empresas urbanas que decidem se instalar em áreas rurais por questões administrativas ou estratégicas.

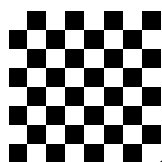
Para facilitar o entendimento, podemos agrupar as dinâmicas anteriormente apresentadas em duas grandes categorias: agrícolas e não-agrícolas (figura 1). As dinâmicas impulsionadas pelas atividades agrícolas são aquelas derivadas da

produção direta de bens e serviços agropecuários ou indiretamente da sua comercialização, processamento e transporte, bem como do consumo intermediário de insumos não-agrícolas utilizados nesses processos. Na outra categoria são incluídas as dinâmicas impulsionadas por atividades não-agrícolas, que foram divididas em três grupos. O primeiro, refere-se às dinâmicas derivadas do consumo final das populações rural e urbana. O segundo, trata das dinâmicas derivadas das demandas imobiliárias. E o terceiro grupo é impulsionado pelos gastos sociais, especialmente das transferências públicas, que consistem dos subsídios, aposentadorias, pensões e outras transferências sociais.

Sabemos que as aposentadorias e pensões representam parte significativa da renda das famílias rurais, especialmente na região Nordeste. Como ressalta Delgado (1997), a elevação do gasto na Previdência Social Rural de cerca de US\$ 1,8 bilhão, em 1988, para cerca de US\$ 4 bilhões atualmente e a incidência social focalizada deste gasto é algo inteiramente inédito em termos de seguridade social contemporânea: representa fonte de subsistência apreciável para famílias rurais, cuja sobrevivência socioeconômica estaria fortemente comprometida, a depender do desempenho específico da política agrícola no período. Segundo Delgado (1997), “os estados da Região Nordeste apresentam os mais altos índices de cobertura da população de idosos e inválidos. As aposentadorias desses grupos sociais somadas às pensões por morte de titulares desses benefícios correspondem hoje, nos estados do Nordeste, a um componente da renda domiciliar da maior relevância, não apenas como seguro social, como também enquanto vetor para a sustentação da renda rural. Como proporção desta, a renda dos inativos rurais representa hoje entre 1/3 a 50% do fluxo total de rendimentos familiares no meio rural. Em linhas gerais, o atendimento universalizado que o sistema previdenciário oferece sob a forma de benefício padrão atinge de maneira claramente diferenciada os pólos de maior vulnerabilidade econômica: pessoas residentes em pequenos municípios, regiões (ou estados) economicamente mais pobres, idosos do sexo feminino, e economias agrícolas relativamente mais débeis”.

Figura 1. Principais dinâmicas das ocupações e rendas no meio rural brasileiro.

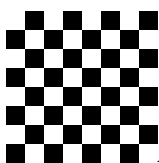
- DINÂMICAS DERIVADAS DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS:



- Atividades econômicas derivadas direta e indiretamente da produção de bens e serviços agropecuários:
 - produção agropecuária
 - atividades agroindustriais
 - serviços auxiliares das atividades econômicas
- Atividades derivadas da grande disponibilidade de mão-de-obra excedente do setor camponês
- Novas atividades agrícolas

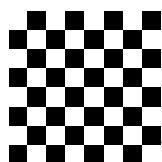
- DINÂMICAS DERIVADAS DAS ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS:

- a) Consumo de bens e serviços:



- Atividades derivadas do consumo final da população rural
- Atividades derivadas do consumo final não-agrícola da população urbana

- b) Demandas imobiliárias:

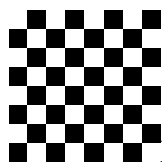


- Demanda por moradia e lazer da população urbana não-agrícola de alta renda
- Demanda por moradia da população urbana de baixa renda
- Demanda por terras não-agrícolas pelas indústrias e empresas prestadoras de serviços

2)

3)

c) Demandas sociais:



- Demanda da população rural por serviços públicos:
administração, saúde, educação, segurança, transporte, comunicação
 - Subsídios, aposentadorias, pensões e outras transferências
sociais
- 1)

O que se observa é que as mudanças introduzidas na Previdência Social Rural acabaram por contribuir significativamente na composição da renda domiciliar dos segmentos mais pobres da população rural. É preciso que esta política seja efetivamente transformada em uma política socialmente ativa, privilegiando regiões menos favorecidas quer seja em termos ambientais, como é o caso do semi-árido nordestino, quer seja em termos socioeconômicos.

Na realidade, o que se caracteriza efetivamente como “novo” no meio rural brasileiro são as novas atividades agrícolas e as dinâmicas não-agrícolas originadas de famílias urbanas que passaram a freqüentar regularmente o campo para fins de lazer (chácaras de recreação) e/ou como segunda residência, e dos bens e serviços relacionados ao turismo e lazer no meio rural.

As novas atividades agrícolas relacionam-se a muitas atividades que já existiam, mas que eram praticadas sem fins comerciais ou mesmo como “hobbies” pessoais. Muitas delas, inclusive, não podem ser classificadas como essencialmente agrícolas, como é o caso da piscicultura. Elas ganharam espaço em mercados localizados, ou “nichos”, que foram impulsionados por determinados segmentos de consumidores urbanos. Entre essas atividades podemos citar:

- piscicultura;
- criação de aves nobres ou exóticos (perdiz, faisão, codorna, avestruz, ganso, pato, galinha de angola, pavão, pássaros de canto, etc.);
- criação de outros animais (javali, capivara, jacaré-de-papo-amarelo,

rã, camarão de água doce, “escargot”, etc.);

- agricultura orgânica e cultivos especializados para redes varejistas e de “fast food” (hidroponia, tomate-cereja, alface, flores comestíveis, plantas aromáticas e medicinais);
- floricultura e produção de mudas de plantas ornamentais;
- fruticultura de mesa;
- cultivo de plantas tradicionalmente extrativas (palmito);
- cultivo de cogumelos, etc.

Muitas dessas atividades constituem-se também em novas oportunidades de renda para os produtores familiares, pois são atividades essencialmente artesanais e geralmente não exigem grande escala de produção. Vale a pena ressaltar que não se pode generalizar recomendações sobre as atividades que são mais promissoras, devendo-se antes de mais nada identificar e caracterizar o potencial de mercado e os canais para a comercialização dos produtos, uma vez que essa tem sido a grande barreira para o ingresso de produtores familiares em empreendimentos dessa natureza.

As dinâmicas não-agrícolas acima citadas geram uma grande variedade de novas oportunidades de renda às famílias rurais, principalmente no setor de serviços, tanto domésticos (empregada doméstica, diarista, faxineira, arrumadeira, cozinheira, jardineiro, vigia, caseiro) como de outros serviços nos setores de comércio de mercadorias e dos serviços pessoais como hotéis/pousadas e restaurantes.

A intensidade e o grau de integração entre as diferentes dinâmicas variam muito de região para região, e de local para local. Infelizmente, os dados das PNADs permitem apenas mostrar o perfil das ocupações não-agrícolas geradas em cada estado nas áreas rurais e urbanas, tomando-se como critério o local de residência das famílias e não onde as pessoas efetivamente trabalham. Isso significa que muitas das empregadas domésticas que declaram residir em áreas rurais podem estar trabalhando na casa de famílias que residem nas cidades próximas.

Essa limitação dos dados das PNADs em não indicar o local onde as pessoas efetivamente trabalham, no entanto, apenas qualifica melhor as “novas funções” das áreas rurais de estarem se convertendo progressivamente em local de residência e não necessariamente também de trabalho das pessoas que aí residem. Essa dissociação entre local de trabalho e de moradia marcaram a cidade desde sua origem com vilas operárias próximas – mas não dentro – das fábricas. E foram fundamentais para delimitar os direitos e deveres de patrões e empregados, coisa que nas fazendas até

hoje permanece confuso. É importante ressaltar que apesar das dificuldades apontadas é fundamental para o “novo rural” que se desenhem políticas públicas descentralizadas que respeitem tanto as demandas do mercado como as necessidades da população rural, em um processo que esteja apoiado nos princípios do desenvolvimento local e na gestão participativa do espaço ou território.

Quais seriam então as políticas públicas mais adequadas para tratar dessas novas dinâmicas? O objetivo maior das políticas de desenvolvimento rural deve ser o de melhorar a qualidade de vida das famílias rurais, tendo como meta o pleno exercício da cidadania. Como ponto de partida deve-se admitir, face aos resultados apresentados neste texto, que a existência de políticas agrícolas ativas é condição necessária mas não suficiente para o desenvolvimento rural. É necessário que se amplie o escopo e a integração entre as diferentes políticas do meio rural de modo a contemplar a grande variedade de dinâmicas de ocupações hoje presentes nesse ambiente.

Com essa proposta em pauta, podemos pensar em políticas que cuidem, além do ramo agropecuário, de vários outros temas que hoje são relevantes ao processo de desenvolvimento rural, com destaque para:

- infra-estrutura de bens e serviços públicos (saúde, educação básica e profissionalizante, saneamento, rede de água, coleta de lixo, energia elétrica, transporte, comunicação, etc.);
- uso e conservação dos recursos naturais e ordenamento da ocupação territorial;
- aposentadorias/pensões e renda mínima;
- subsídios às atividades de produção e comercialização de produtos artesanais agrícolas e não-agrícolas, etc.

O fortalecimento dessa nova dimensão não-agrícola do meio rural brasileiro exige também uma nova institucionalidade pública que seja menos fragmentada setorialmente (agricultura, indústria e serviços) e que confira flexibilidade suficiente para atender as particularidades de cada localidade, contribuindo para aproveitar melhor o potencial das novas dinâmicas rurais emergentes dos ramos agrícola e não-agrícola. A grande questão de fundo é que é preciso oferecer aos moradores rurais as mesmas condições e oportunidades de desenvolvimento da cidadania oferecidas aos moradores urbanos.

Por fim, é fundamental insistir na necessidade de políticas agrícolas que

também contribuam para a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais, uma vez que é nas atividades agrícolas que ainda se ocupa a maioria das pessoas residentes no meio rural brasileiro, especialmente daquelas regiões mais pobres do Nordeste. Esse ponto torna-se fundamental na medida em que as atividades não-agrícolas não têm sido suficientes para absorver todo o excedente de mão-de-obra disponível no meio rural, o que é comprovado pela quantidade crescente de pessoas desempregadas em todas as regiões do país.

Mais ainda: as observações disponíveis mostram que as atividades rurais não-agrícolas não são preenchidas “automaticamente” pelos trabalhadores agrícolas que são desempregados pela crescente mecanização. Pelo contrário, grande parte das novas atividades agrícolas, assim como a maioria das atividades não-agrícolas que estão sendo geradas no novo rural exigem níveis de qualificação e capacidade de empreendimento (pois se trata, regra geral, de atividades por conta-própria) que estão muito distantes do perfil dos desempregados rurais que antes se ocupavam em atividades agropecuárias.

Assim, é oportuno insistir na proposta de que além de políticas de qualificação e requalificação de mão-de-obra rural, há um grande espaço para políticas que estimulem o “empreendedorismo” das populações locais que abrirem seus próprios negócios.

Nesse particular, pode-se atuar no meio rural estimulando:

- 1) Firms prestadoras de serviços para a agricultura: terceirizados com especialização em determinadas práticas culturais, processo de embalagem (inclusive de produtos orgânicos) e distribuição à rede varejista, entrega de produtos a domicílios, firmas de colheita, firmas para atender chácaras de lazer (tratamento de piscinas, implantação e tratos culturais em pomares, jardinagem, recuperação de matas, construções rústicas com matéria-prima local), etc.
- 2) Unidades rurais que prestam serviços de lazer: pousadas, pesque-pague, balneários, com prioridade para propriedades agrícolas. Por exemplo, na Zona da mata nordestina, para promover o convívio com as famílias de pescadores.
- 3) Criação de “nichos” de mercado para produtos orgânicos, produção hidropônica, animais e plantas nativas ou exóticas, floricultura e plantas ornamentais, etc.
- 4) Produção e comércio de artigos artesanais: redes e rendas, artigos de madeira e de fibras naturais, artigos de arte com motivos do local, doces e compotas, pães e bolos, iguarias delicadas, etc. A idéia aqui seria a diversificação da oferta de

produtos e a melhora da sua qualidade.

5) Agroindústrias: ex: açúcar mascavo na Zona da Mata.

Um dos papéis fundamentais das organizações públicas seria o de organizar os pequenos produtores para que estruturem o seu próprio negócio e aproveitem as demandas locais impulsionadas pelas novas dinâmicas não-agrícolas dos meios rural e urbano. Essas oportunidades vão desde a prática do agroturismo em suas propriedades até a produção e comercialização de produtos agrícolas e/ou artesanais para fornecimento a hotéis e pousadas rurais instalados na região.

5. Referências Bibliográficas

- Campanhola, C., Graziano da Silva, J. (eds.) (2000). **O Novo Rural Brasileiro**. Jaguariúna – SP: Embrapa Meio Ambiente (4 vols.)
- Del Grossi, M.E. (1999). **A evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro, 1991-1995**. Campinas - SP: IE/Unicamp. Tese de Doutorado
- Graziano da Silva, J. (1999). **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas – SP: IE/Unicamp, 2ª ed. (Série Pesquisa, 1).
- Klein, E. (1992). **El empleo rural no agrícola en America Latina**. Santiago de Chile: PREALC (Documento de Trabajo 364)
- Monteiro, M. J. (1998). Preços agrícolas: Trinta anos de queda. **Rev. Agroanalysis**, Rio de Janeiro, fevereiro, p. 26-27.
- Souza, M. (2000). **Desenvolvimento Rural no Paraná**. Campinas - SP: FEAGRI/Unicamp. Tese de Doutorado.
- Weller, J. (1997). El empleo rural no agropecuario en el istmo Centroamericano. **Revista de la Cepal**, 62:75-90.